

Sumário

Prefácio, xv

Nota à 4ª edição, xvii

Parte I – CDC, Contrato e Direito Fundamental do Consumidor, 1

1 Do direito contratual e o CDC, 3

- 1.1 Da evolução da idéia de contrato, 3
- 1.2 A idéia de contrato adotada pelo liberalismo, 4
- 1.3 A autonomia da vontade, 6
 - 1.3.1 A autonomia da vontade no Direito Contemporâneo – o dirigismo contratual, 8
- 1.4 O CDC e a nova realidade contratual, 11
- 1.5 O direito do consumidor como direito fundamental e a função social do contrato, 11
- 1.6 O CDC e o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor, 14
- 1.7 Direito fundamental do consumidor e proteção de dados, 15
 - 1.7.1 Sigilo telefônico, 17
- 1.8 CDC como microsistema jurídico do direito fundamental do consumidor, 18
 - 1.8.1 O microsistema do CDC e as leis especiais, 19
- 1.9 Lei nova de consumo e o ato jurídico perfeito, 22
 - 1.9.1 Lei nova e os contratos com efeitos futuros, 23
 - 1.9.2 Da exceção admitida pelo STF e STJ, 25
- 1.10 Da competência dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre direito do consumidor, 26

2 A relação jurídica de consumo, 30

- 2.1 Nota Prévia. Relação de consumo, consumo sustentável e aquecimento global, 30
- 2.2 A relação de consumo, 32
- 2.3 O consumidor, 34
- 2.4 A pessoa jurídica como consumidora, 35
- 2.5 O conceito de consumidor equiparado, 39
 - 2.5.1 Do consumidor equiparado do parágrafo único do art. 2º do CDC, 40
 - 2.5.2 Do consumidor equiparado do art. 29 do CDC, 41
 - 2.5.3 Das vítimas do acidente de consumo, 44
- 2.6 O fornecedor, 45
 - 2.6.1 O Estado enquanto fornecedor, 48
 - 2.6.2 A instituição financeira enquanto fornecedora, 50
- 2.7 Relação de consumo e operações bancárias, 52

3 A boa-fé nas relações de consumo, 54

- 3.1 Princípio da boa-fé, 54
- 3.2 Uma advertência quanto ao recurso à boa-fé, 59
- 3.3 A boa-fé e o dever de informação do fornecedor, 60
- 3.4 Do direito à informação e à vinculação da “oferta” na mensagem publicitária, 62
- 3.5 Do dever de informação e da proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, 64
- 3.6 Considerações sobre a publicidade enganosa e a publicidade abusiva, 66
 - 3.6.1 A publicidade destinada ao público infantil, 71

Parte II – Da Proteção Contratual ao Consumidor, 73

4 Da proteção contratual ao consumidor, 75

- 4.1 Particularidades da proteção contratual do consumidor, 75
 - 4.1.1 Do direito de arrependimento, 75
 - 4.1.2 Contratação eletrônica e direito de arrependimento, 77
 - 4.1.3 Dos efeitos decorrentes do exercício do direito de arrependimento, 78
- 4.2 Da restituição em dobro, 80
- 4.3 Da venda casada, 82
- 4.4 O controle da cláusula-preço no CDC, 83
 - 4.4.1 A revisão da cláusula-preço em razão da prestação desproporcional, 84
 - 4.4.2 Do ressurgimento da lesão no direito brasileiro, 86
 - 4.4.3 Uma breve nota histórica sobre a revisão/resolução do contrato por fato superveniente, 88
- 4.5 Da aplicação da correção monetária nos contratos de consumo, 95
 - 4.5.1 A função da aplicação da correção monetária às relações de consumo e de sua limitação temporal, 96
 - 4.5.2 Dos contratos padrão de massa e a efetividade do reajuste anual, 98

5 Cláusulas abusivas no CDC, 102

- 5.1 As nulidades no CDC, 102
- 5.2 Nota prévia: nulidade, conservação do contrato e mora nas relações de consumo, 104
 - 5.2.1 A conservação do contrato (art. 51, § 2º), 104
 - 5.2.2 Dos efeitos da mora do consumidor nas relações de consumo, 107
- 5.3 O rol exemplificativo e as cláusulas gerais do art. 51, 110
- 5.4 Cláusula geral da boa-fé objetiva, 112
- 5.5 A cláusula geral da lesão enorme, 114
- 5.6 Da cláusula geral da equidade, 116
- 5.7 As nulidades exemplificadas e os contratos paritários e de adesão, 117
- 5.8 As nulidades expressas do art. 51, 120
 - 5.8.1 A cláusula de decaimento e o reembolso da quantia já paga, 122
 - 5.8.2 Transferência de responsabilidade a terceiros, 124
 - 5.8.3 Estabelecimento da inversão do ônus da prova, 125
 - 5.8.4 Utilização compulsória da arbitragem, 125
 - 5.8.5 A cláusula-mandato, 128
 - 5.8.6 Opção de conclusão do negócio, 130
 - 5.8.7 Alteração unilateral do preço, 132
 - 5.8.8 A modificação do conteúdo e o cancelamento unilateral do contrato, 132
 - 5.8.9 Ressarcimento de custos de cobrança, 134
 - 5.8.10 Renúncia do direito de indenização por benfeitorias, 135
 - 5.8.11 Cláusulas em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor, 137
- 5.9 O contrato de financiamento, 138
 - 5.9.1 Das tarifas bancárias padronizadas e do custo efetivo total dos financiamentos, 139
 - 5.9.2 Sobre o montante dos juros cobrados por instituições não bancárias, 141
 - 5.9.3 Limite para os bancos depois do julgamento da Adin 2.591, 142
 - 5.9.4 A cláusula de decaimento na alienação fiduciária em garantia, 145

Parte III – Da Responsabilidade Civil do Fornecedor, 151

6 Responsabilidade civil no CDC, 153

- 6.1 O Instituto da responsabilidade civil, 153
- 6.2 Funções da responsabilidade civil, 154
- 6.3 Da prova do dano em relações de consumo, 156
 - 6.3.1 Do dano moral, 157
 - 6.3.2 O *descaso* como dano moral, 160
- 6.4 A necessidade do nexo de causalidade e suas excludentes, 161
- 6.5 A responsabilidade objetiva do fabricante/fornecedor, 165
- 6.6 A responsabilidade pelo fato do produto ou serviço, 167
- 6.7 O responsável pelo fato do produto, 169

- 6.8 Da responsabilidade subsidiária do comerciante, 171
- 6.9 Da responsabilidade solidária prevista no § 2º do art. 25 do CDC, 172
- 6.10 Espécies de defeitos que autorizam a responsabilidade objetiva pelo fato do produto, 173
 - 6.10.1 Defeito de concepção e fabricação, 173
 - 6.10.2 Defeito de informação, 174
 - 6.10.3 O defeito de concepção e o risco do desenvolvimento do produto, 176
- 6.11 A responsabilidade pelo fato do serviço, 179
- 6.12 A responsabilidade pelo fato do serviço do profissional liberal, 181
 - 6.12.1 Particularidade quanto à responsabilidade objetiva dos hospitais por erro médico, 185
- 6.13 Aspectos da responsabilidade dos provedores de Internet, 186
 - 6.13.1 Provedor de acesso, conteúdo e hospedagem, 187
 - 6.13.2 Da responsabilidade do provedor de hospedagem, 188
 - 6.13.3 Da responsabilização dos provedores de hospedagem e de acesso, 189
- 6.14 Da prescrição, 192
- 6.15 Da responsabilidade pelo vício do produto e serviço, 193
 - 6.15.1 A responsabilidade pelo vício como mera obrigação de garantia, 194
 - 6.15.2 A responsabilidade solidária, 197
 - 6.15.3 Particularidades da responsabilidade pelo vício do serviço, 198
 - 6.15.4 Os prazos de decadência, 198

7 A desconsideração da personalidade jurídica, 200

- 7.1 A doutrina da desconsideração no direito moderno, 200
- 7.2 Da desconsideração no CDC, 203

Parte IV – Da Defesa do Consumidor em Juízo, 207

8 O direito fundamental à defesa, 209

- 8.1 Nota prévia: um foro privilegiado para o consumidor?, 209
- 8.2 A defesa coletiva do consumidor, 210
- 8.3 Os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, 211
- 8.4 Os direitos difusos e coletivos, 212
- 8.5 Dos direitos individuais homogêneos, 215
- 8.6 Dos efeitos da sentença nas ações coletivas, 216
- 8.7 A ação individual perante a ação coletiva, 216
- 8.8 A ação individual já ajuizada face à ação coletiva, 217
- 8.9 Dos efeitos da coisa julgada favorável ao consumidor, 218
- 8.10 A coisa julgada na ação coletiva face à Lei nº 9.494/97, 219
- 8.11 A execução dos julgados coletivos, 220
- 8.12 A liquidação da sentença, 221
- 8.13 A execução coletiva propriamente dita, 223

Parte V – Regulação de Mercado e Defesa Administrativa do Consumidor, 225

9 A defesa administrativa do consumidor, 227

9.1 Sistema nacional de defesa do consumidor, 227

9.2 Do poder de polícia dos Procons, 230

9.3 Do poder normativo das agências reguladoras, 232

Parte VI – Legislação e Jurisprudência, 237

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, 239

Enunciados das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça Pertinentes à Defesa do Consumidor, 266

Bibliografia, 269